

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 020/2020,
DE 25 DE MAIO DE 2020.**

MENSAGEM

ASSUNTO: Dispõe sobre a disponibilização de álcool em gel em estabelecimentos que especifica e dá outras providências.

PROPONENTE: PODER LEGISLATIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME NORMAL

FUNDAMENTAÇÃO: Competência: Lei Orgânica do Município/90, artigo 48.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Encaminho ao Colendo Plenário da Câmara Municipal, o Projeto de Lei do Legislativo nº 020/2020, o qual dispõe sobre a disponibilização de álcool em gel em estabelecimentos que especifica e dá outras providências.

Trata-se de uma medida de saúde pública, de caráter permanente, que não se restringe apenas ao combate da Covid-19, pois, como todos sabem, é grande o número de doenças contagiosas que podem ser evitadas pela assepsia das mãos com álcool gel.

Pensando numa fase de pós-pandemia, devemos estimular a permanência de hábitos de higiene e saúde, que foram preconizados e difundidos pelas autoridades durante a pandemia, como é o caso da higiene das mãos, facilitando o acesso da população ao álcool em gel.

Sendo o que tenho para o momento, submeto ao Egrégio Plenário a apreciação do presente Projeto de Lei, para o qual espero aprovação.

Cordialmente,

**Ver^a. Dileta de Vargas Pavão das Chagas,
Bancada do Progressistas.**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N. ° 020/2020,
DE 25 DE MAIO DE 2020.**

A vereadora **Dileta de Vargas Pavão das Chagas**, da bancada do Progressistas, no uso de suas atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Lei Municipal:

Dispõe sobre a disponibilização de álcool em gel em estabelecimentos que especifica e dá outras providências.

Art. 1º Os locais que tenham circulação e atendimento de pessoas, como estabelecimentos comerciais, industriais, educacionais e prédios públicos municipais deverão disponibilizar álcool em gel para uso comum.

§1º A disposição do álcool em gel deve ser de fácil acesso e estar ao lado ou próximo da entrada do estabelecimento.

§2º A obrigatoriedade que dispõe o *caput* deste artigo é extensível aos estabelecimentos residenciais que contenham elevadores de uso comum dos condôminos e visitantes.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o art. 1º desta lei terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para se adequarem ao disposto nesta lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei no que couber, em especial fixar o valor das multas e definir o órgão competente para fiscalização.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirubá/RS, 25 de maio de 2020.

**Verª. Dileta de Vargas Pavão das Chagas,
Bancada do Progressistas.**